

**AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS
SOCIAIS**

**THE TRANSFORMATIONS IN THE BRAZILIAN COUNTRYSIDE AND THEIR
SOCIAL IMPACTS**

**LAS TRANSFORMACIONES EM EL CAMPO BRASILEÑO Y SUS IMPACTOS
SOCIALES**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n3-057>

Data de submissão: 25/02/2026

Data de publicação: 25/03/2026

Fernanda Pâmela do Nascimento

Doutorado em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Ceará, Brasil

E-mail: fernandapn18@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6006708233298688>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6345-4689>

Clarice Zientarski

Doutorado em Educação

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Ceará, Brasil

E-mail: clarice.zientarski@ufc.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4673553941111789>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8453-5429>

RESUMO

O presente texto tem como objetivo discutir a questão agrária no Brasil e o desenvolvimento do campo, abordando as diferentes etapas e transformações decorrentes das mudanças nos meios de produção e nas relações de trabalho. Fundamentado em referências bibliográficas e documentais, assim como em uma abordagem dialética, busca-se elucidar os aspectos que caracterizaram o avanço do capitalismo no campo brasileiro, com especial atenção ao processo de modernização e industrialização. O estudo destaca que, apesar das mudanças promovidas pelo processo de modernização, a vida e as condições de trabalho dos camponeses não foram significativamente alteradas. Pelo contrário, muitos trabalhadores foram afastados de seus territórios, intensificando o êxodo rural. Na contemporaneidade, observa-se que o avanço do agronegócio reestrutura as relações produtivas, direcionando a produção para commodities, com ênfase em produtos transgênicos, melhoramento genético, comercialização de grãos, uso de sementes modificadas, agrotóxicos, fertilizantes e mecanização, resultando na substituição do trabalho humano por máquinas.

Palavras-chave: Questão Agrária Brasileira. Desenvolvimento do Campo. Agricultura Familiar. Agronegócio.

ABSTRACT

This text aims to discuss the agrarian question in Brazil and the development of the countryside, addressing the different stages and transformations resulting from changes in the means of production

and labor relations. Based on bibliographic and documentary references, as well as a dialectical approach, it seeks to elucidate the aspects that characterized the advance of capitalism in the Brazilian countryside, with special attention to the process of modernization and industrialization. The study highlights that, despite the changes promoted by the modernization process, the lives and working conditions of peasants have not been significantly altered. On the contrary, many workers have been displaced from their territories, intensifying rural exodus. In contemporary times, it is observed that the advance of agribusiness restructures productive relations, directing production towards commodities, with an emphasis on transgenic products, genetic improvement, grain marketing, the use of modified seeds, pesticides, fertilizers, and mechanization, resulting in the replacement of human labor by machines.

Keywords: Brazilian Agrarian Question. Rural Development. Family Farming. Agribusiness.

RESUMEN

Este texto pretende discutir la cuestión agraria en Brasil y el desarrollo del campo, abordando las diferentes etapas y transformaciones resultantes de los cambios en los medios de producción y las relaciones laborales. Con base en referencias bibliográficas y documentales, así como en un enfoque dialéctico, busca dilucidar los aspectos que caracterizaron el avance del capitalismo en el campo brasileño, con especial atención al proceso de modernización e industrialización. El estudio destaca que, a pesar de los cambios promovidos por el proceso de modernización, las vidas y las condiciones laborales de los campesinos no se han alterado significativamente. Por el contrario, muchos trabajadores han sido desplazados de sus territorios, intensificando el éxodo rural. En la época contemporánea, se observa que el avance de la agroindustria reestructura las relaciones productivas, orientando la producción hacia las materias primas, con énfasis en los productos transgénicos, el mejoramiento genético, la comercialización de granos, el uso de semillas modificadas, pesticidas, fertilizantes y la mecanización, resultando en la sustitución del trabajo humano por máquinas.

Palabras clave: Cuestión Agraria Brasileña. Desarrollo Rural. Agricultura Familiar. Agronegocios.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa sucintamente a questão agrária brasileira, partindo da premissa de que o desenvolvimento nacional — especialmente após a Proclamação da República — seguiu a trajetória das potências capitalistas, ainda que sem as mesmas condições estruturais. Trata-se de parte de um estudo maior, desenvolvido em uma tese de doutorado do ano de 2024 na UFC, sendo que a discussão se fundamenta em uma pesquisa bibliográfica e documental, amparada no materialismo histórico-dialético para realizar a análise e uma síntese dialética.

Assim, defende-se que compreender as transformações no campo exige uma visão articulada aos modelos de desenvolvimento históricos e à inserção do Brasil no cenário global. Argumenta-se que a questão agrária permanece central para as populações rurais, embora sob novas roupagens, o que demanda um diálogo crítico entre perspectivas teóricas divergentes.

Nesse prisma, a defesa de uma Reforma Agrária Popular surge como o eixo central desse debate. Com base nos estudos de Taffarel et al., (UFBA, 2010), identificam-se quatro ciclos econômicos: o agroexportador (1500–1930), a substituição de importações (1930–1964), o nacional-desenvolvimentismo (1964–1990) e o modelo neoliberal (pós-1990). Este último é marcado por uma crise profunda que intensifica a exploração do trabalho, fenômeno que Mészáros (2002) classifica como a "crise estrutural do capital", cujas contradições superam os limites de autorregulação do sistema.

Na Introdução da crítica a economia política Marx trata sobre os modos de produção que existiram no decorrer da História das sociedades. E, demonstra que esses modos de produção são determinados socialmente. Ou seja, “A produção dos indivíduos é socialmente determinada” (Marx, 2013, p.39), essa visão dialética sobre os modos de produção feita por esse pensador compreende esse movimento histórico como a unidade e a luta dos contraditórios. Por isso, enfatizamos que desde a concepção do próprio modelo de desenvolvimento houve um esforço magistral por parte das elites no sentido de modificar o projeto de nação que se pretendi implantar, substituindo o modelo instalado durante a colônia e o império, na perspectiva de industrialização e modernização que se avizinhava, seguindo os prospectos dos países capitalistas.

Este projeto, como já vimos, traz consigo a visão de desenvolvimento como crescimento econômico e avanço tecnológico, e se alicerça: a) nas relações de produção capitalistas: compra e venda da força de trabalho, ou seja, na exploração do trabalho pelo capital; b) na constituição do Estado de direito, cuja democracia é apenas representativa e, c) numa visão social de mundo que dissemina os valores burgueses do individualismo, do consumismo, da valorização da ciência e da técnica, e de uma escola cujo papel é o de preparar cada vez mais para o mercado de trabalho (Taffarel, Santos Júnior, Escobar, 2010, p. 40).

Essas considerações sobre onde se alicerça o modelo de desenvolvimento promovido na sociedade capitalista encontra suporte na contribuição de Lefebvre (1973), ao afirmar que há uma tríade indissolúvel para compreender as relações sociais de produção e reprodução. Conforme Lefebvre, elas são compostas pelo trabalho, a terra e o capital. O pensador destaca dessa maneira:

Os três aspectos ou elementos da sociedade existentes estão indissolúvelmente ligados na produção e nas relações sociais; ora, a ideologia fá-los aparecer separadamente e, numa certa medida, realiza a sua separação (aparente). Parece haver a terra de um lado, o trabalho e os trabalhadores por outro, e por fim o capital e os capitalistas. Ao mesmo tempo, ela mistura-os na sua aparência contratual, na codificação formal (o código civil). Há o rendimento da terra, o rendimento do trabalho e o rendimento do capital [...] o que faz desaparecer a mais-valia como fonte de “rendimento nacional” (1973, p. 1112).

Lefebvre destaca que o espaço social é onde as relações de produção são criadas e mantidas, sendo resultado de um processo complexo que não apenas repete e multiplica contradições, mas também as transforma e amplia (1973, p. 6). Importante destacar, que o uso e a propriedade da terra continuam sendo questões proeminentes, bastando se constatar que a luta pela terra tem sido uma constante, mobilizando trabalhadores e trabalhadoras do campo. Este é o tópico que se apresenta a seguir, salientando-se que o texto se divide em três seções, iniciando com essa introdução, na sequência discute a questão agrária e os impactos na vida e na produção do campo brasileiro, na segunda seção trata sobre o processo de modernização e o avanço para o neoliberalismo e as mudanças provocadas na questão agrária, por último, a título de conclusão, procura amarrar as ideias, de forma a sintetizar os argumentos apresentados ao longo do texto.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA E OS IMPACTOS NA VIDA DOS TRABALHADORES DO CAMPO

Para compreender a estrutura fundiária, é essencial recorrer aos estudos da questão agrária. Segundo Stédile (2012), esta questão disciplina e investiga como as sociedades organizam historicamente o uso (produção e destino agrícola), a posse (quem habita e como vive no território) e a propriedade (instituição jurídica capitalista que permite o controle exclusivo via capital). Nesse cenário, Fernandes (1980) aponta que a questão agrária é um componente estrutural e insolúvel no capitalismo, funcionando como um palco central para a luta de classes e para o exercício da hegemonia estatal quando não há consenso.

Historicamente, a transição do modelo escravista no Brasil, no século XIX, não foi apenas uma concessão imperial, mas fruto da pressão externa e da resistência negra (Taffarel et al., 2010), exemplificada pelo coletivismo do Quilombo dos Palmares. Sob a ótica marxista, a consolidação do capitalismo exigiu a criação do trabalhador "livre": aquele que, destituído dos meios de produção e da terra, vê-se obrigado a vender sua força de trabalho (Marx, 2013). No Brasil, essa expropriação ocorreu de forma distinta da europeia; enquanto lá o camponês foi expulso da terra para se tornar proletário, aqui a escravidão foi mantida até o limite da viabilidade, pois a abundância de terras dificultava a submissão imediata do trabalhador livre (Kowarick, 1987).

Essa expropriação, segundo Kowarick (1987), envolveria todos os meios de produção, com ênfase na terra, os povos originários e povos submetidos à escravidão e trazidos para as colônias, a chamada diáspora africana, que segundo o site da Fundação Palmares, esse deslocamento forçado dos africanos, é tratado como diáspora africana.

O que ocorreu nas colônias faz parte do processo geral de acumulação primitiva, só que de forma invertida, se no modo de produção feudal a acumulação primitiva foi resultado de uma evolução histórica, onde a degradação desse modelo de produção fez uso da violência e de amparos legais do Estado num período histórico mais longo. Nas colônias os invasores puderam usar e abusar sem nenhuma restrição dos métodos violentos de extermínio dos povos originários e dos povos africanos em um curto período histórico.

Durante o primeiro e segundo império a força de trabalho escravizada não representava entrave nenhum para a classe dominante que controlava o modelo de desenvolvimento instaurado até então, onde ocorria a acumulação de riqueza, mas não de capital. Para Oliveira (1977), a existência de uma classe dominante controladora da terra e a força de trabalho, ainda não eram condições suficientes para a implantação de um modelo econômico sustentado na produção de mercadorias. Surgiu então, uma nova classe dominante que rejeitava a subordinação ao Estado, então representado pela Corte Portuguesa, cujo controle colonial baseava-se em concessões que mantinham a colônia dependente da metrópole.

Essa nova elite diferente da existente até então, “[...] repudiava o Estado contrário aos seus interesses”, e como dispunha, à época, do principal meio de produção, ou seja, a terra, “[...] detinha a total virtualidade de mediar o emprego de mão-de-obra escrava, decerto – e, portanto, de autonomizar-se em relação ao Estado”. (Oliveira, 1977, p. 23). Para a criação de um modelo de acumulação baseado na produção de mercadorias, e com isso, na extração de mais-valia, “[...] a acumulação só seria possível com a presença do trabalho livre” (Oliveira, 1977, p. 23).

O trabalho escravizado, não produzia mais-valia, e gerava encargos por parte dos latifundiários, devido ao fornecimento de subsistência da força de trabalho escravizada, conforme destaca o autor “[...] o que redundará em relação de troca desfavorável para a economia

agroexportadora” (Oliveira, 1977, p. 24). Nessa análise, ocorre uma mudança de visão por parte da classe dominante, que passa a considerar necessário transformar o escravizado em efetiva força de trabalho, o responsabilizando por sua reprodução. Baseado nesse acontecimento, que Oliveira (1977) considera que surgiu o que poderíamos chamar de campesinato e outras formas de relações de exploração agrícola no Brasil.

Com a abolição, é importante enfatizar, que os negros e os empobrecidos do campo de forma geral, não puderam se transformar em camponeses, com direito às terras. Tal motivo se deve à implantação da lei de Terras, no ano de 1850. Essa lei só permitia ter acesso à terra a quem já tinha a terra, que eram os latifundiários. Os negros não tinham às condições mínimas de comprar terra, tendo que se submeter ao trabalho assalariado ou a outras formas degradantes de exploração como demonstra essa passagem de Oliveira: [...] as chamadas ‘cultura de subsistência’ produzindo o excedente que vai alimentar o capital variável, e o complexo latifúndio - comercialização – minifúndio [...] que vai fazer nascer a renda da terra como forma de valor ao mesmo tempo que acumula primitivamente através das relações sociais. [...] o nascimento da força de trabalho e do campesinato constituem-se como motores que aceleram a produção agrícola (Oliveira, 1977, p. 25).

A Lei de Terras estabelecia que “*qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras*”, convém lembrar, entretanto, conforme já mencionado, que para ter direito à terra teriam que pagar à Coroa. Nesse sentido, fica explícito que apenas aqueles que possuíam recursos financeiros poderiam se tornar proprietários da terra. Concordamos com Stedile quando afirma que “A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (Stédile, 2012, p. 25).

Saviani defende que com esse espírito que se deu a aprovação da Lei de Terras, em 1850, no mesmo ano da aprovação da lei que extinguiu o tráfico de escravos. Tornava, dessa forma proibitiva, a aquisição de terras para quem não fosse já proprietário, preparava-se o terreno, para que com a chegada dos imigrantes, eles substituíssem, como trabalhadores livres, a mão de obra escravizada nas lavouras de café.

Efetivamente foi isso que ocorreu e vem ocorrendo até nossos dias, portanto, não se permite a “reforma agrária mesmo na forma em que se efetivou nos próprios países capitalistas”. (Saviani, 2016, p.34). Portanto, um dos traços mais marcantes do sistema produtivo brasileiro é a extrema desigualdade na divisão das terras adequadas à agricultura.

Ao partir dessa compreensão sobre a formação do campesinato no Brasil, dois elementos são centrais, o primeiro é sobre a profunda marca da escravidão na formação social do nosso país, a outra

sobre uma interpretação que se transformou em senso comum, de que o capitalismo moderno no Brasil surgiu em São Paulo nos anos de 1950, com a imigração europeia, pois possibilitou o início da sociedade do trabalho. Cardoso (2010), lembra que essa interpretação, não leva em consideração as dinâmicas socioeconômicas que ocorreram no país, principalmente na região Nordeste, e a cultura da cana-de-açúcar, Minas Gerais e sua exploração de minério, sendo essas regiões também representativas do processo de transição para o trabalho livre. Esse autor assevera que:

[...] a identificação de diferentes regimes de escravidão mostrou que o Brasil colônia não era um território dominado exclusivamente por plantations monocultoras nem a estrutura social era tão simples como se supôs até pelo menos o início dos anos 1970 [...]. Escravos e donos de terras eram as classes centrais, mas conviviam com uma infinidade de outros grupos também importantes para manter a ordem escravista: artesãos e artífices nos ofícios urbanos, comerciantes, tropeiros, criadores de animais, pequenos produtores de víveres para o mercado interno, mercadores de escravos, financistas, milicianos, construtores, feitores, pequenos proprietários rurais (Cardoso, 2010, pp. 58-59).

Essa complexa ordem escravocrata e de trabalhadores não escravos, resultaram em meios de sobrevivência precários, como a sujeição a mecanismos como o colonato e a parceria, existentes ainda hoje, o que Cardoso (2010) trata como a “persistência secular das desigualdades”, é nesse ambiente, onde se formou uma “sociabilidade capitalista no Brasil”, de imobilismos estrutural baseada em um rígido ordenamento social.

Com a chegada dos imigrantes, foi aos poucos se consolidando a agricultura camponesa, de forma preponderante, na região do Sul e Sudeste do país, com a utilização da força de trabalho da própria família, com produção diversificada, tanto para a subsistência quanto para o mercado interno. Esses camponeses detinham um profundo conhecimento das sementes, do controle de muitas doenças e um vasto conhecimento agrícola.

Entretanto, no Norte e no Nordeste do Brasil, conforme destaca Martins (1981) em *Os camponeses e a política no Brasil* — obra que se tornou referência nos estudos sobre a Questão Agrária —, formou-se uma classe camponesa com características distintas da europeia. Diferentemente dos camponeses da Europa, cuja origem está associada a remanescentes feudais, o campesinato brasileiro emergiu de um sistema escravocrata. Historicamente, esses sujeitos foram invisibilizados e marginalizados no processo histórico, o que se evidencia pelo não reconhecimento de suas lutas de resistência, frequentemente classificadas como manifestações de fanatismo religioso, ainda que muitos desses conflitos tenham exigido intensa mobilização repressiva por parte do Estado.

Esse arranjo social agrário, marcado por relações de produção não capitalista e por uma estrutura fundiária altamente concentrada, coexistiu de maneira articulada com o capitalismo agrário

em formação, que apenas na década de 1940 se consolidaria como capitalismo de base industrial. Como afirma Oliveira,

[...] nascendo como uma burguesia agrária, quando se funda na economia brasileira simultaneamente o trabalho assalariado e o campesinato, a classe dominante rural bloqueará o avanço da Divisão Social do Trabalho no campo – em suma, a penetração do capitalismo no campo, de uma forma quase total, exatamente porque perpetuou o mecanismo que inicialmente cumpria o papel da acumulação primitiva. Essa perpetuação da coerção extraeconômica que servia para reproduzir o excedente tinha, na origem o mesmo defeito e ela causa: o privilegiamento da forma de produção do valor da economia agroexportadora. Sendo incapaz de ultrapassar os níveis da reprodução simples, pela presença da intermediação comercial e financeira externa (1977, p. 34).

A reorganização social decorrente da abolição da escravidão, alinhada à expansão dos mercados globais, impulsionou a **burguesia industrial** no Brasil. Esse cenário deu início à modernização agrícola, estabelecendo um modelo de desenvolvimento focado na entrada de multinacionais e na produção de insumos e maquinários, o que permitiu o avanço tecnológico no campo. Com o passar do tempo, várias transformações vão se dando, marcando de forma significativa a história do país em relação à questão agrária.

Ao longo desse processo, a questão agrária foi moldada por fatores como a industrialização por substituição de importações e o fortalecimento de uma burguesia e classe média nacionais, concentradas no Centro-Sul. Paralelamente, a classe trabalhadora começou a se organizar politicamente por meio de sindicatos e partidos de esquerda. Essas mudanças estruturais, conforme pontuam Taffarel, Santos Júnior e Escobar (2010), atingiram seu ápice no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), período que consolidou um novo paradigma de desenvolvimento para o país.

Embora a década de 1930 tenha trazido uma expansão industrial robusta e pressionado pelo aumento da produtividade agrícola para equilibrar as contas externas, a estrutura de propriedade de terra permaneceu praticamente intocada. Salienta-se, nesse prisma, que o progresso econômico não se traduziu em reforma agrária. Os trabalhadores rurais continuaram marginalizados, subsistindo em terras alheias sob condições precárias, apesar de garantirem o sustento básico.

A implementação de novos projetos voltados à acumulação de capital gerou um deslocamento populacional do campo para a cidade em uma escala sem precedentes. Em poucas décadas, o Brasil deixou de ser majoritariamente rural para se tornar urbano. Esse fenômeno foi impulsionado pela expropriação de pequenos produtores, que se viram incapazes de competir com um modelo de produção industrial e tecnológico incompatível com a agricultura familiar.

O Brasil foi essencialmente um país agrário, com mudanças na produção e às relações de trabalho, especialmente durante o processo de modernização, a agricultura entra num processo de

capitalização, com o trabalhador do campo vendendo sua força de trabalho para os grandes proprietários de terras, além da mecanização e uso de tecnologias que reduzem o trabalho do campo. Convém destacar que essas alterações, no entanto, não melhoram as condições de vida e de trabalho no campo.

3 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E O AVANÇO PARA O NEOLIBERALISMO: MUDANÇAS NA QUESTÃO AGRÁRIA

O modelo de industrialização que se instalou foi caracterizado pela chamada substituição de importações, o que significou, na prática, que o país permanecia integrado à lógica global capitalista, uma vez que ainda dependia de produtos e insumos produzidos no exterior, mantendo, assim, uma posição de dependência.

Nesse prisma, o Brasil republicano insere-se na lógica do capital e, no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946–1951), observa-se a predominância de políticas de orientação liberal. Nessa época, como sublinha Sheen (1986, p. 43): [...] estão formadas as bases para a industrialização, ganha destaque a participação dos setores populares na cena política nacional, além dos setores médios e dos grupos de trabalhadores agrícolas.

A economia brasileira foi marcada pelo aumento das importações e muitos recursos do país passaram a ser utilizados para financiar a entrada de produtos importados. Esta situação torna-se mais evidente com a promulgação da constituição de 1946. A Carta e o regime por ela instaurado aceitam e estimulam a inspiração liberal. Procurou-se, a partir dela, conforme salienta Macedo (1986, p. 358):

[...] instaurar a essência política do liberalismo com novas fundamentações filosóficas e novas doutrinas econômicas socialistas e tecnocráticas. Ao se fazer isto, o híbrido formado tem o destino de todos os híbridos: morre ou se revela estéril. Foi o caso do liberalismo ligado aos próceres da UDN. Posições filosóficas como o tomismo, ou religiosa do tipo da Contra-Reforma, inviabilizaram, por seu autoritarismo, o conteúdo político liberal, o mesmo acontecendo com o ‘liberalismo político-intervenção tecnocrática e socialista na economia’.

A Constituição brasileira promulgada em 1946, de caráter liberal, instituiu a independência entre os três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — sendo os ministros de Estado escolhidos pelo Presidente da República (Ribeiro, 2000). Entre 1945 e 1964, a perspectiva de desenvolvimento da economia brasileira, vinculada ao nacional-desenvolvimentismo, aprofundou-se, tendo como principal marca o otimismo em relação a um crescimento acelerado. O desenvolvimentismo, até então fortemente marcado pelo nacionalismo, passou a entrar em contradição com o processo de internacionalização da economia, em virtude da instalação de empresas multinacionais (Aranha, 2006).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o período pós-1945 foi marcado por um expressivo avanço dos países capitalistas na recuperação de suas economias. Esse movimento caracterizou-se pelo crescimento econômico e pela consolidação de sistemas de proteção e seguridade social, orientados pelo modelo do Welfare State, ou Estado de Bem-Estar Social. No Brasil, o desenvolvimentismo de ênfase nacionalista começou a apresentar tensões, especialmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, quando se intensificou o processo de internacionalização da economia com a instalação de multinacionais, com o “desenvolvimento econômico” cada vez mais internacionalizado e submetido à influência e ao controle do capital estrangeiro .

As alterações nas relações de trabalho provocaram movimentos de resistências, como o das Ligas Camponesas. Nesse sentido, necessário inferir que se tratou do momento em que os conflitos do campo brasileiro foram colocados na agenda nacional:

É justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado. É nessa situação mais recente que surgem as Ligas Camponesas, em 1955 (Martins, 1981. p.66).

As Ligas Camponesas foram fundamentais para expor as injustiças sociais e a exclusão política do trabalhador rural. No entanto, sua existência gerou debates profundos na esquerda brasileira sobre quem deveria liderar a revolução, considerando a visão urbanocêntrica, na qual alguns teóricos acreditavam que a mudança real deveria partir do operariado urbano, tratando o camponês como um ator secundário ou uma classe destinada a desaparecer com o progresso.

Martins faz uma crítica argumentando que a historiografia brasileira foca excessivamente na cidade e nas elites que detêm o poder, ignorando o papel decisivo do campo, tendo em vista que:

Representavam a alta burguesia financeira, banqueiros, grandes industriais associados de uma forma ou de outra ao capital norte-americano, os que alienaram suas indústrias e suas consciências ao capital e ao capitalismo da grande república do Norte da América, os testas-de-ferro brasileiros que dirigem as indústrias, os advogados, os *public-relations* dessas mesmas empresas encarregados de defender seus interesses junto ao governo brasileiro e infiltrados nos partidos políticos nacionais e na alta administração do País, os que *tinham o poder econômico, mas ainda não o poder político* (grifos do autor).

A chegada de João Goulart (1961–1964) à presidência, após a renúncia de Jânio Quadros, ocorreu sob forte resistência das elites conservadoras. Durante esse período conturbado, a estrutura

do Estado permaneceu voltada à proteção do latifúndio e à concentração de capital, negligenciando as necessidades básicas da população rural.

Ao final dos anos 1970, o modelo econômico da ditadura entrou em colapso, resultando em: a) Crise Social: Arrocho salarial, aumento da pobreza e empobrecimento da classe média; b) Crise Econômica: Inflação galopante e uma dívida externa sufocante.

Essa fragilidade impulsionou o ressurgimento dos movimentos sociais e das lutas populares, que foram fundamentais para a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988.

Em relação à Crise Estrutural e a Era Neoliberal, enfatiza-se que embora o Brasil tenha avançado no campo dos direitos políticos com a Nova República, a economia enfrentava uma crise profunda do sistema capitalista. Para salvar a acumulação de capital, o país adotou o projeto neoliberal, que buscou uma reestruturação geral frente às mudanças geopolíticas e aos avanços técnicos. A consolidação desse modelo, especialmente a partir da década de 1990, trouxe consequências marcantes, dentre elas: a retração do Estado: O governo passou a se distanciar das políticas de bem-estar e das questões sociais; a reestruturação produtiva, a precarização do trabalho em consequência da implantação da lógica de mercado. Como resposta direta a esse avanço, surgiram novas formas de organização e resistência popular contra a lógica neoliberal.

Atualmente, o cenário rural brasileiro permanece profundamente contraditório. A consolidação do agronegócio não trouxe avanços sociais; pelo contrário, representou um retrocesso nas relações de produção. A estrutura de poder no campo foi reorganizada, formando uma coalizão complexa que vai além do latifundiário tradicional. De acordo com Bragança (2024), essa nova composição de classe une quatro pilares fundamentais: Grandes Proprietários de Terra; Empresas Transnacionais com o controle sobre sementes, insumos e tecnologia; O avanço do Capital Financeiro com bancos e fundos de investimento que financiam a produção e, Monopólios de Comunicação: Responsáveis pela construção da imagem pública e ideológica do setor.

O ideário do agronegócio foi construído para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheiteira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O “desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista”. (Fernandes, 2015, p.8).

A autora defende que há dois modelos de agricultura, os dos latifundiários e dos trabalhadores pobres do campo. Destacando-se na centralidade do conflito, a disputa pela propriedade da posse da terra e a exploração do trabalho.

A Constituição de 1988 pela primeira vez, de acordo com Bragança, colocou como princípio de que a propriedade da terra deve ser vinculada à função social, que ela exerce: utilização adequada dos recursos naturais, preservação do meio ambiente, de aproveitamento racional, também atender ao cumprimento da legislação trabalhista e exploração que favoreça o bem-viver de trabalhadores e proprietários. Entretanto, a disputa por projetos de campo persiste, de um lado, os agricultores familiares camponeses, de outro, o agronegócio, que se apoia nos produtos transgênicos e cuja cadeia produtiva de assenta na comercialização de grãos ao melhoramento genético, na produção de sementes, em adubos e agrotóxicos. O Brasil se coloca, nessa perspectiva, como fornecedor de grãos (commodities).

Necessário destacar que a luta camponesa persiste embora os conflitos, a violência e a pressão exercida pelo agronegócio e demais setores ligados aos empresários e grandes conglomerados tente esmagar, se utilizando da força e do ideário que possuem. Nesse sentido, o apoio se materializa por meio dos movimentos sociais de caráter popular de instituições como a CONTAG e sindicatos ligados ao campo. Os camponeses, assim como os indígenas, os quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, povos das águas e florestas, representam a classe trabalhadora do campo, que contempla a diversidade de sujeitos e seus movimentos sociais. Assim, concordamos com Vergés (2021, p. 202), ao sinalizar que [...] os camponeses são cultura, são classe, são movimento, são economia, são resistência [...].

A resistência e luta desses povos em defesa dos territórios onde tradicionalmente habitam, se faz presente naqueles que anseiam pela Reforma Agrária Popular, por condições de vida e dignidade.

4 CONCLUSÃO

O trabalho tratou sobre a questão agrária brasileira. Nesse prisma, destacou que o desenvolvimento nacional, especialmente após a Proclamação da República Brasileira seguiu na perspectiva das grandes potências capitalistas, embora sem as condições que os países hegemônicos possuem.

Discutiu a questão agrária e os impactos na vida e na produção do campo brasileiro, apresentou aspectos que levaram à “modernização” e a implantação do neoliberalismo com as alterações nas relações produtivas, com ênfase nas mudanças provocadas na questão agrária.

Fez uma breve retrospectiva histórica trazendo elementos para compreensão do modelo de desenvolvimento Brasil foi se inserindo à lógica do capitalismo contemporâneo. Nesse prisma,

destacou que o uso, a posse, a propriedade e o valor da terra, continuam sendo centrais na sociedade atual, embora tenha se apresentado com outras roupagens, sob a égide do modelo capitalista de produção, especialmente a partir da crise estrutural do capital. Apresentou argumentos buscando revelar que embora tenham havido mudanças em relação à produção a vida dos camponeses não teve o avanço esperado.

Nessa perspectiva concluiu que a luta dos povos do campo está demonstrada de forma evidente nos trabalhadores, que, sem-terra, lutam pela Reforma Agrária Popular, pela agricultura familiar camponesa e acima de tudo por condições dignas de vida.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. Moderna, São Paulo, 2006.
- BRAGANÇA, Sabrina Zientarski de. **Conselho Estadual de Educação e gestão da política educacional do campo maranhense: realidade, contradições, possibilidades e tendências**. 2024. 412 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.
- CARDOSO, Adalberto. **A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980. 2ªEd.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEFEBVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção**. Tradução: Antônio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Escorpião, 1973.
- MACEDO, Ubiratan Borges. **Os modelos do liberalismo no Brasil**. Revista Convivium, São Paulo, set. /out. 1986.
- MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MESZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial / Editora da Unicamp, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. 6ª Ed. Campinas SP: Autores associados, 2016.
- STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, Alentejano, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro e São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. ESCOBAR, Micheli Ortega. (Org.). **Cadernos didáticos sobre educação no campo**. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador: EDITORA UFBA, 2010.